A MOBILIZAÇÃO PLURAL CONTRA A USINA NUCLEAR EM ITACURUBA

Hélio Lúcio Dantas da Silva[1]

RESUMO: A decisão política de retomar e desenvolver um projeto nuclear no Brasil fez com que vários estados passem a conviver com a possibilidade de terem instaladas em seus territórios usinas nucleares. Em Pernambuco, o município de Itacuruba foi anunciado como local propício para receber o intento nuclear. O objetivo geral é estudar a mobilização social contra a usina nuclear e as diversas disputas travadas pelos atores sociais envolvidos. Reinhart Koselleck nos apresenta duas categorias fundamentais para a compreensão da multifacetada realidade social: espaço de experiência e horizonte de expectativas. O trabalho será bibliográfico e documental, no qual se buscará aplicar esses cânones teóricos às perspectivas dos personagens do embate sobre a questão nuclear. A pesquisa tem dois objetivos: demonstrar a natureza múltipla da mobilização coordenada pela Igreja Católica e; averiguar a existência de relação entre postura antidemocrática voltada contra a geração atual e o desrespeito às minorias e ao meio ambiente cuja agressão consubstancia uma violência que alcança as gerações vindouras que não têm como se defender.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilização. Igreja. Usina.

1 INTRODUÇÃO

No estudo empreendido sobre a refundação da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife mereceu nossa atenção especial a sua atuação contra a instalação de usina nuclear no Município de Itacuruba.

A questão nuclear em Pernambuco remonta à década 80 do Século XX. Em 1987 aconteceu um grande acidente radiológico em Goiânia com césio-137 e o governo federal pretendeu depositar o lixo atômico no município de Floresta, vizinho à Itacuruba, conforme registro do Diário Oficial do Estado do dia 25 de novembro (p. 04). A mobilização sociopolítica bem articulada redundou na estipulação consubstanciada no art. 216 da Constituição do Estado de Pernambuco que veda a instalação de usinas nucleares em Pernambuco enquanto não se esgotar a capacidade de produção de energia hidrelétrica ou de outras fontes.

1 Mestrando em História pela UNICAP, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Cadena.

Whodson Silva e Vânia Fialho (2020, p. 201) noticiam que em 2006 volta ao debate o Plano Nuclear Brasileiro no qual é projetada a Central Nuclear do Nordeste. Mencionam, outrossim, matéria do Blog de Jamildo veiculada em 11 de fevereiro de 2011 com o seguinte título: " Eletronuclear escolhe cidade de Itacuruba como oppção para uma usina atômica no Nordeste".

Em janeiro de 2019 assume o Ministério das Minas e Energia o Almirante de Esquadra Bento de Albuquerque e por meio de nota oficial anuncia o plano de retomada das obras de Angra 3 e de construção de quatro a oito novas usinas nucleares no Brasil.

Em setembro de 2019 é apresentada a Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Pernambuco (PEC 9/2019) com o propósito de permitir a instalação de usinas nucleares em Pernambuco numa investida política para se retirar o óbice jurídico que a Constituição Estadual apresenta.

Em junho de 2021, o Procurador-Geral da República ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6897) postulando a declaração da inconstitucionalidade do art. 216 da Constituição do Estado de Pernambuco com o mesmo objetivo da PEC 9/2019, qual seja, possibilitar a instalação de usina nuclerar no território pernambucano. Em julho de 2021, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) também ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6933) com o mesmo objetivo.

Inicialmente faremos uma abordagem geral da questão ecológica e sua relação com as demandas econômicas e de desenvolvimento. Traçaremos um sucinto panorama sobre aspectos geográficos, antropológicos, sociais e econômicos que envolvem a possibilidade de instalação de uma usina nuclear em Itacuruba. Em seguida, abordaremos os movimentos sociais e os diversos atores na luta contra a instalação de usina nuclear em Itacuruba, vislumbrando os múltiplos campos de batalha, jurídico e político, dentre outros.

Ao final remataremos tentando responder a pergunta se há uma correlação entre governos antidemocráticos e menoscabo ou desprezo às questões ambientais e étnico-raciais.

2 A DICOTOMIA ENTRE ECONOMIA E ECOLOGIA – O DRAMA BRASILEIRO

A palavra grega "*oikos*" significa casa, ambiente habitado, lar. Valendo-se dessa palavra como radical surgiram em português as palavras ecologia e economia. Malgrado a origem etimológica comum, os vocábulos parecem quase que antinômicos e ao longo da história vem acontecendo o confronto entre a economia, que aponta para a produção e circulação de riquezas e a ecologia, que ressalta a lenta produção de recursos naturais, fazendo-se imprescindível a ideia de durabilidade, de resguardar os interesses das futuras gerações (OST, François, 2007, p.198).

A ação do homem sobre a natureza, mormente no contexto de utilização industrial de combustíveis fósseis, tem ocasionado grandes mudanças: subida do nível dos mares, aquecimento climático e emissão cada vez maior de gás carbônico na atmosfera. As alterações são tão significativas que Steffen e Crutzen (2007) chegam a falar na existência de uma nova era geológica por ele denominada de Antropoceno. Os aludidos autores apontam para uma primeira fase do Antropoceno que vai de 1800 a 1945 que corresponde ao período da revolução industrial, uma segunda fase, de 1945 a 2015; e uma terceira, que iria se iniciar em 2015 com a adoção de resoluções políticas relacionadas ao combate ao aquecimento global.

Dorrit Harazim em artigo no Jornal O Globo do dia 06 de junho de 2021, falando do Brasil atual afirma:

> O desmatamento da Amazônia também acaba de atingir o pior índice desde 2016, segundo o INPE, enquanto a brutalidade policial contra o cidadão comum está cada dia mais escancarada. É um desmatamento institucional de vidas - a humana, a animal, a ambiental, a política – pela força.

O Jornal do Commercio do dia 18 de julho de 2021 traz a mensagem: "Amazônia está prestes a emitir CO2", referindo-se a estudo da Revista Nature que afirma que as queimadas em parte considerável da floresta amazônica geram emissão de CO2 na contramão da tradicional absorção do dióxido de carbono realizada pela Amazônia, contribuindo muito para as mudanças climáticas globais.

O atual governo federal brasileiro tem primado por se encastelar em dicotomias que impõem uma opção excludente como na relação emprego/medidas sanitárias de isolamento social e no nosso tema, economia/ecologia. A postura sanitária desarrazoada trouxe consequências para a população brasileira com mais de meio milhão de mortos pelo COVID-19. No que concerne à postura descurada com a questão ambiental que é internacionalmente conhecida, gerou um duro editorial do jornal de economia e negócios britânico *Financial Times* do dia 14 de julho de 2021 que sugere aos investidores de 7 trilhões de dólares em ativos que punam o Brasil pelos danos gerados pela escalada do desmatamento.

3 ITACURUBA E SUAS ESPECIFIDADE

Situada na microrregião do Sertão de Itaparica - PE, com aproximadamente 5.000 habitantes, Itacuruba foi escolhida pela Eletronuclear para a instalação de usina nuclear no Nordeste. O município foi reconstruído pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) para abrigar a população desalojada da antiga Itacuruba que foi inundada para a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaparica. O projeto de desenvolvimento apresentado para a população foi intitulado “mudar para melhor”. A promessa não foi cumprida e dentre as consequências danosas registradas pelo Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) estão a maior taxa de suicídio no Brasil e 63% da população com sofrimento mental. Outro fato marcante foi o deslocamento dos habitantes ligados à produção agrícola para projetos de irrigação distantes ou foram reassentados no novo município sem área para plantar (SILVA, Whodson, 2020, p.1-3).

O céu límpido tornou a cidade adequada para figurar no mapa astronômico mundial e nele se situa o Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica (Oasi). A cidade é desprovida de linhas de ônibus e a rodovia federal mais próxima está a 12 km do centro urbano fato que dificulta sobremodo a mobilidade dos seus habitantes.

Na nova Itacuruba três grupos se reconhecem como quilombolas: Negros de Gilu, Ingazeira e Poço dos Cavalos e três grupos se reconhecem como indígenas:

Pankará no Serrote dos Campos, Tuxá Campos e Tuxá Pajeú. Esses grupos, segundo Remo Mutzenberg, constituem movimentos identitários étnico-raciais (MUTZENBERG, Remo, 2011, p.130).

Jorge Pankará assim retrata a população de Itacuruba: "existem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, toda a população ali em torno de onde quer ser feita a usina nuclear" (SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia, 2020, p.207).

4 O EMBATE ENVOLVENDO A INSTALAÇÃO DE USINA NUCLEAR EM ITACURUBA

4.1 O RETROCESSO DO REGIME DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

O protagonista do projeto de instalação de usina nuclear em Itacuruba é o governo federal brasileiro. No momento em que é elaborado esse artigo, o país convive com recentes ameaças ao regime democrático brasileiro perpetradas pelo próprio presidente Jair Bolsonaro e pelo seu Ministro da Defesa o General reformado Braga Netto sem que esses arreganhos sejam veementemente repelidos pelas autoridades que dirigem as demais instituições. No dia 08 de julho de 2021 quase que simultaneamente os dois asseveraram que só haveria eleições em 2022 se fosse aprovada no Congresso Nacional uma emenda constitucional que instituísse o voto impresso. A ameaça presidencial foi pública enquanto a efetivada pelo Ministro da Defesa - que paradoxalmente trabalho no ataque às instituições democráticas – foi reservadamente dirigida ao Presidente da Câmara dos Deputados como noticiou reportagem do jornal Estado de São Paulo do dia 22 de julho de 2021.

A possibilidade de morte da democracia brasileira é apresentada pela jornalista Miriam Leitão em artigo publicado no jornal O Globo do dia 25 de julho de 2021 cujo trecho transcrevemos:

> A democracia está sendo agredida. O agressor é o presidente da República Ele tem ajudantes militares e civis. O maior risco é não ver o perigo, porque, como nos casos de violência contra a mulher, o fim pode ser a morte.

No Jornal Folha de São Paulo do dia 25 de julho de 2021, Carol Pires também se refere ao pendor antidemocrático do titular do Poder Executivo federal, senão vejamos:

> Já em 2018, Bolsonaro disse que não aceitaria o resultado da eleição se não fosse o vencedor. Repete o mesmo sobre 2022. Na última quinta-feira desafiou: "Se [as urnas] são [confiáveis] dá um tapa na minha cara". Segundo Bolsonaro, sua única intenção é sanar a desconfiança no sistema eleitoral que – desconfiança que ele próprio plantou. [.....]
> Infelizmente, mesmo sem provas ou nexo, essa desinformação ecoa na sociedade e corrói a confiança na democracia. Em 2018, 30% dos policiais declararam a um levantamento do Instituto Ideia confiar muito no sistema eleitoral. Em 2021, apenas 15% responderam o mesmo.

Em texto produzido em 2007, José Álvaro Moisés (2008, p. 35-36) constatou a sobrevivência de traços autoritários na nossa cultura política conjugada com problemas de funcionamento das instituições democráticas que repercutindo na qualidade do nosso regime democrático que influem nas experiências dos indivíduos e em suas orientações políticas que podem até envolver o retorno de militares ou o apoio a lideranças carismáticas que governem à margem da lei e das normas democráticas.

O vaticínio de José Álvaro Moisés se concretizou em 2018 e o Brasil vive em 2021 um momento delicado em que o presidente dificilmente será responsabilizado por crimes de responsabilidade porque tem o apoio do grupo político denominado Centrão e tampouco vem sendo incomodado pelo Procurador-Geral da República a quem caberia apontar o cometimento de crimes comuns como os recorrentes ataques à saúde pública efetivado em plena pandemia.

A postura antidemocrática tem correspondência no desrespeito aos índios, aos negros e ao meio ambiente, fato que pode ser constatado na manchete do jornal El Pais do dia 02 de janeiro de 2019:

> **Bolsonaro enfraquece Funai e joga sombra sobre futuro socioambiental do país**
> Presidente transferiu para ministério comandado por ex-deputada ruralista a tarefa de demarcar novas terras indígenas

Não se pode esperar que uma Administração que se mostra avessa ao diálogo vá consultar a população indígena ou quilombola ou faça uma avaliação vislumbrando questões ambientais, esse descaso representa afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana pedra de toque da Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, a mera previsão legal ou constitucional, nem mesmo o discurso político têm o condão de dar efetividade à dignidade da pessoa humana. Exemplo elucidativo são as palavras do ditador argentino Jorge Rafael Videla que foram consignadas por Gherardo Colombo (2008, p.26), senão vejamos: "para nós, o respeito aos direitos humanos não nasce somente do mandamento da lei ou das declarações internacionais, mas é resultante da nossa cristã e profunda convicção de que a dignidade do homem representa um valor fundamental". Nada mais incongruente que um dirigente, que foi responsável por milhares de assassinatos, apresentar-se como prosélito da dignidade da pessoa humana.

4.2 A DISPUTA JURÍDICA

A discussão sobre a instalação de usinas nucleares no Brasil foi presente na Assembleia Nacional Constituinte que redundou na previsão constitucional da competência legislativa da União e a exploração realizada por meio de monopólio da União. Posteriormente, os estados e o Distrito Federal legislaram sobre a matéria em suas constituições e por meio de leis ordinárias.

O art.216 da Constituição de Pernambuco estabelece que só será admitida a instalação de usina nuclear em território pernambucano após o exaurimento do potencial hidrelétrico e de outras fontes.

O Procurador-Geral da República e o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) ajuizaram ADIs com o objetivo de afastar o obstáculo jurídico que a constituição estadual representa para que se possa dar seguimento ao projeto federal de instalação de usina nuclear em Itacuruba. Cumpre à Assembleia Legislativa de Pernambuco defender a norma da constituição estadual junto ao Supremo Tribunal Federal.

Se forem bem sucedidas as ações e for declarada a inconstitucionalidade do dispositivo da Constituição de Pernambuco restará superada a barreira jurídica à

concretização do projeto nuclear em Itacuruba, remanescerá a batalha política. Por essa razão os atores sociais contrários à instalação da usina se mobilizam para fornecer subsídios para que a Assembleia Legislativa possa se contrapor aos adversários.

4.3 A DISPUTA SOCIOPOLÍTICA

Maria da Glória Gohn escreveu em 2012 um artigo sobre os desafios dos movimentos sociais no Brasil vislumbrando um momento em que o país havia retomado uma prática democrática, traça o seguinte quadro:

> Neste novo cenário, a sociedade civil se amplia para entrelaçar-se com a sociedade política. Desenvolve-se, então, o chamado espaço público não estatal expresso nos conselhos, fóruns, redes de articulação etc. A importância da participação da sociedade civil, neste novo contexto, se faz para democratizar a gestão da coisa pública. Abrem espaços para inverter as prioridades das administrações, no sentido de que políticas atendam não apenas as questões emergenciais de forma superficial e com uma ótica economicista, baseada na lógica do custo-benefício, mas que atendam as questões sociais como prioridade maior. Foram emergindo novíssimos atores sociais nas políticas de parcerias, na execução de projetos sociais. (GOHN, Maria da Glória , 2013 p. 303)

Passados nove anos da elaboração de texto de Gohn, o país atravessa um momento em que as políticas sociais foram desmanteladas, as instituições foram seriamente comprometidas com interferências inequívocas e as minorias são espezinhadas e o meio ambiente é deliberadamente atacado. Nesse angustiante cenário é que os movimentos sociais precisam se adequar para agregar às suas demandas particulares uma postulação de afirmação do Estado Democrático de Direito.

A mobilização antinuclear atual é múltipla, inclui movimentos sociais dos povos indígenas e quilombolas, entidades, pesquisadores, deputados estaduais e deputados federais de Pernambuco, além do Senador Humberto Costa, contando também com a adesão do Governo do Estado de Pernambuco, todos no momento sob a coordenação da CNBB Regional Nordeste 2 por meio da sua Comissão Regional para Ação Sociotransformadora.

Impende registrar que a atuação da Igreja Católica não se faz numa ação de catequese, para impor sua religião, mas, respeitando as crenças dos povos, seguir as palavras do Papa Francisco que apontam para os ensinamentos de São Francisco de Assis:

> Francisco é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma **ecologia integral,** vivida com alegria e autenticidade. [.....] Nele se nota até que ponto são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior. (grifo nosso) (PAPA FRANCISCO, 2015, p.10)

Valendo-se de mobilizações na esfera pública, através de uma articulação que envolve movimentos sociais locais, fóruns e redes com divulgação através das mídias tradicionais e redes sociais da internet, a mobilização se apresenta como mobilização de terceiro nível como classifica Ilse Scherer-Warren (2006, P. 112).

5 CONCLUSÃO

A ameaça nuclear à Itacuruba, a Pernambuco e ao Brasil que existiu no final dos anos 1980, foi retomada em 2011 e em 2021 ganhou uma dimensão ainda mais séria, vez que à pressão política se agregam investidas jurídicas contra a Constituição do Estado de Pernambuco. Por outro lado, a mobilização plural em defesa dos povos indígenas e quilombolas e do meio ambiente é reforçada pela consciência da necessidade de se buscar restaurar a prática democrática tão aviltada pelo Executivo federal.

Se num estado democrático nem sempre está garantido o respeito às minorias e ao meio ambiente, o governo antidemocrático tende a adotar uma pauta incompatível com essas temáticas.

A ofensa ao regime democrático representa uma violência contra a geração atual e contra as anteriores que lutaram pela democracia. Por outro lado, a agressão ao meio ambiente consubstancia uma violência que alcança as gerações vindouras que a torna ainda mais grave porque direcionada contra quem não pode se defender.

A mobilização social e a articulação política plural podem obstar a instalação da usina nuclear em Itacuruba, mormente, porque sobejam alternativas de produção de energia, como a eólica e a solar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Pernambuco. Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo, 25.11.1987.

COLOMBO, Gherardo. **Sulle Regole**. Milão: Feltrinelli, 2008.

GOHN, Maria da Glória, **Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil**, Revista SER social, v.15, n 33, jul/dez 2013.

MOISES, José Álvaro, **CULTURA POLÍTICA, INTITUIÇÕES E DEMOCRACIA Lições da experiência brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 23, Nº 66, 2008.

MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos**. In: SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências Sociais. VitóriA, 2011.

OST, François. **O tempo do direito**. Trad. Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget. 2007.

PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica **Laudato Si** Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo. Paulinas. 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse, **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**, Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n1, jan/abr 2006.

SILVA, Whodson, **Sumir do mapa e outros scripts: Táticas de matar e de resistir no confronto de indígenas e quilombolas com a central nuclear em Itacuruba**. Texto premiado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na edição 2020 do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos.

_____. e FIALHO, Vânia, **Povos Tradicionais e a Questão Nuclear: conflitos socioambientais e resistências à central nuclear em Itacuruba**, Revista Antropológias, Ano 24, 31, 2020.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J.; MCNEILL, John R. **The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature**. Ambio Vol. 36, No. 8, dezembro 2007. Royal Swedish Academy of Sciences.